

INTEIRO NO PEDAÇO: CORTIÇOS E ESPAÇO PÚBLICO NO BIXIGA

Larissa Nogueira Reis (IC) e Volia Regina Costa Kato (Orientadora)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

Buscando habitar regiões com infraestruturas de transporte e acessibilidade mais estruturadas, nas proximidades de oportunidades de emprego e equipamentos públicos de educação, saúde e lazer, muitas famílias de baixa renda optam pelo aluguel de quartos em cortiços na região central de São Paulo, entre elas o território do Bixiga, na subprefeitura da Sé. Os cortiços são reconhecidos pela insalubridade e condições degradantes de habitar. Em um espaço com condições tão precárias e que falta tanto aos indivíduos, as relações entre privado e público se confundem: seja pelo desconforto no ambiente físico ou pela busca de apoio e suporte, muitos dos moradores dos cortiços são impulsionados para a vivência do espaço público como forma de sociabilidade no cotidiano. O presente artigo propõe a reflexão sobre a relação entre o habitar em cortiços, como um espaço de condições degradantes, e o espaço público no cotidiano apoiando-se em cartografias técnicas e empíricas. A partir da perspectiva do *pedaço* de Magnani, espaço de intermédio entre a casa e a rua, são analisadas as práticas urbanas e as ocasiões de afeto e sociabilidade na cidade – a partir do foco das ruas Major Diogo, Rua Abolição e Rua São Domingos – como formas de acolhimento e apoio.

Palavras-chave: cortiços, espaço público, afeto, Bixiga

ABSTRACT

In order to live in regions with more structured transportation and accessibility infrastructures, near job opportunities and education, health and leisure facilities, many low-income families choose to rent rooms in tenements in the central region of São Paulo, where the territory of Bixiga is located, in Sé subhall. The tenements are recognized for their insalubrity and degrading situation. In a space with such precarious conditions and that individuals lack so much, the relations between private and public end up getting fuzzy: either by the discomfort in the physical environment or by the search for support and hospitality, many of the residents of the tenements are driven to experience the public space as forms of sociability. This article proposes a reflection based on the relation between living in tenements and public space relying on technical and empirical cartographies. From the perspective of *pedaço* of Magnani, an intermediary space between the house and the street, urban practices in the region and occasions of affection and sociability in the city are analysed – as of the focal delimitation of Major Diogo, Abolição and São Domingos streets – as forms of welcoming and support.

Keywords: tenements, public spaces, affection, Bixiga

1. INTRODUÇÃO

São Paulo é uma metrópole plural. A cidade - que reúne diversas oportunidades de trabalho, espaços de cultura e lazer e, por isso, incorpora migrantes de diferentes origens - cresce em uma dinâmica horizontal, se expandindo para as periferias espaciais. Ao mesmo tempo que se expande, seguindo um modo operacional “institucional” na maioria das cidades da América Latina, os governantes não atualizam os equipamentos de infraestrutura básica e os serviços urbanos necessários nas regiões de crescimento. Estes ficam restritos à cidade consolidada – no caso de São Paulo, o centro – e às regiões que abrigam populações com maior renda. (REZA, CUOCK, 2007)

O desejo de habitar regiões com condições mais estruturadas de transporte e acessibilidade, com oportunidades de emprego, educação e espaços de lazer nas proximidades da moradia associado à falta de políticas e programas habitacionais efetivos torna o cortiço uma alternativa de moradia na área central para a população de baixa renda, incluindo migrantes. (KOWARICK, 2009)

Os cortiços são reconhecidos como espaços de habitar precários e insalubres, coordenados por ilegalidades tanto em relação às condições físicas quanto às relações locatícias e trabalhistas (caseiros e prestadores de serviço). Como aponta Kohara (2009), os conceitos sobre os cortiços ainda são vagos já que não há uma tipologia, um tamanho, preço ou nível de precariedade padrão. Entre as problemáticas identificadas em pesquisa estão, por exemplo, cômodos com iluminação e ventilação natural restritas ou inexistentes, a habitação plurifamiliar em um espaço com parâmetros unifamiliares e o acúmulo de funções em um mesmo ambiente: dormir, cozinhar ou abastecer alimentos, estudar e divertir.

Mesmo em regiões com grandes concentrações de cortiços, existe um estigma em relação aos moradores desta forma de habitação. Uma moradora de casa unifamiliar na região da pesquisa designou os moradores dos cortiços como “bagunceiros”, expressando grande preconceito em relação a estes. É por isso que o termo “cortiço” não é sempre aceito pelos moradores desta forma de habitação que, muitas vezes, preferem utilizar a denominação “pensão”, reservando a expressão “cortiço” apenas para situações de extrema precariedade e a partir de uma perspectiva pejorativa. (KOHARA, 2009)

Em um espaço condicionado pela falta de tanto aos indivíduos, as relações entre privado e público acabam se tornando fluídas: as condições do habitar impulsionam formas de territorialização na cidade e sociabilidade no espaço público, criando laços invisíveis àqueles que não são da região. O espaço público se transforma, então, em lugar

de encontro e conexão, conflito e barreira: é onde se dão as relações de afeto, identidade e intimidade no território.

A cidade, então, se define (e, em processo constante, se constrói) não só a partir da aplicação das políticas públicas que a regem ou pelo espaço físico desenhado, mas também pelas redes afetivas criadas nos territórios. Como confirmam os autores Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Arno Vogel (1985) no livro - Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo -, a maneira como as pessoas se apropriam do espaço público é que, associadas ao contexto urbano que considera equipamentos e infraestruturas, desenharam a cidade real vivida no cotidiano. É a partir do desenho em rede que os espaços ganham força e potência sensível.

O território do Bixiga, que compreende o distrito da Bela Vista no centro de São Paulo, tem uma imagem característica muito estruturada na memória coletiva da cidade: é o espaço de lazer e cultura relacionado à cultura imigrante. A partir dessa perspectiva, as condições do habitar precário e a segregação social são envolvidas em penumbra, sendo disseminadas pela mídia quase como uma manifestação cultural folclórica do território (SCARLATO, 2011). Esta classificação não apenas mascara as relações de conflito existentes no território, como institui como identidade total do espaço um, entre muitos, contextos socioespaciais.

O Bixiga foi escolhido como recorte da pesquisa por ser uma área com alta densidade de cortiços e que se relaciona historicamente a espaços de exclusão e marginalização. A partir das visitas à área as ruas Major Diogo, Abolição e São Domingos foram selecionadas como bolha de enfoque específico da pesquisa para aproximação empírica no âmbito das dinâmicas urbanas regidas pelo cotidiano e das iniciativas governamentais de desenho urbano e políticas públicas.

A pesquisa tem como objetivo o estudo das relações de sociabilidade e afeto no espaço público em associação às condições de precariedade habitacional no centro. O projeto tem como proposta a compreensão da dimensão sensível na cidade considerando o estudo das relações socioespaciais e como este parâmetro de pesquisa pode ser instrumento de projetos urbanos identitários e de reivindicação espacial por parte moradores do território.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O autor Milton Santos (2007) define o espaço como um conjunto de formas representativas das relações sociais através de processos e funções. Cada espaço se entende de maneira única porque se constrói a partir da relação entre os usos pré-existentes e as dinâmicas desenhadas organicamente na cidade. Para ele,

A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção. (SANTOS, 2007. p. 54)

Os espaços ganham significado a partir da intersecção de escalas do espaço desenhado existente e dos equipamentos públicos com as relações cotidianas, imersas em vínculos de trabalho, moradia e identidade. (SANTOS, 2007)

Em uma lógica de escalas espaciais, definições propostas por Milton Santos (2005) e Magnani (1998) se associam e complementam. Segundo Milton Santos (2005), o território corresponde à classificação espacial onde se desenvolvem relações sociais de solidariedade e vizinhança. Magnani (1998) define a ideia de pedaço, um núcleo territorial local sem delimitação precisa que diz respeito ao “espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 1998. p. 116). É neste que são estabelecidas algumas relações importantes no âmbito do cotidiano e, assim, onde se concretizam encontros e barreiras, interseções e disjunções, identidade e conflito. Desde a própria rua a outros espaços de permanência projetados ou não, o pedaço é um espaço de referência identitárias de determinados grupos sociais onde, a cada encontro, se reafirmam laços afetivos. O pedaço – que é composto pela dimensão pública – é onde se potencializam as relações humanas e, assim, é simultaneamente produto e processo espacial.

É muito importante ressaltar a interrelação entre o pedaço e a moradia. DaMatta (1997) aponta que, tanto a casa como a rua, seguem esferas de significação social e, assim, seus agentes assumem padrões de comportamento diversos (DAMATTA, 1997). O pedaço, que pode relacionar-se ao espaço de transição apontado por DaMatta (1997), entretanto, institui-se como limiar entre as duas situações espaciais – o local de sobreposição de interseção – e, assim, acolhe uma situação social diversa em que se desenvolvem relações público-sociais personalizadas (MAGNANI, 1998).

Mello e Vogel (2002) trabalharam com dualidades intuitivas de categorias para pensar o espaço urbano – casa e rua, casa e privacidade, rua e espaço público. Estas categorias, entretanto, podem ter suas ordens invertidas através de mecanismos do cotidiano de uma comunidade (MELLO; VOGEL, 2002). Pode-se dizer, então, que o pedaço está submisso às lógicas do cotidiano e é por elas produzido e composto.

A vivência do pedaço, que pode ser considerado a instância pública que se interliga ao habitar, é onde se personificam na cidade os homens lentos, propostos por Milton Santos (2006). Os homens lentos são aqueles que na cidade com excesso de estímulos

descrita por Simmel (1973), resistem às forças verticais externas e dedicam-se aos espaços públicos como produtores de solidariedade (SANTOS, 2006). O homem lento é, então, aquele que resguarda sua humanidade, participando de maneira efetiva nos processos ou situações do cotidiano. Entende-se que o homem lento é também, como a paisagem, um acumulador de tempos imerso na história, cultura e cotidiano de um pedaço, tornando-se agente de expressão do espontâneo e produtor de espacialidades no dia-a-dia.

A ideia de lentidão na cidade elaborada por Milton Santos traz à tona a reflexão acerca do tempo no espaço e, principalmente, de como este é percebido pelos sujeitos em movimento cotidiano. Lepecki (2013) compara o movimento dado pelo cotidiano na cidade a uma dança: a cidade a partir do desenho espacial conforma caminhos que são seguidos ou reinventados pelos sujeitos, que também atuando com agentes sociais, tecem diferentes ritmos no espaço.

Aldo Van Eyck (1962), arquiteto holandês que teve como foco a pesquisa de experiências cotidianas na cidade, propõe que é justamente a partir da relação com o sujeito que os espaços e o tempo ganham significado. Para ele, o espaço se torna um lugar e o tempo uma ocasião, manifestando a dimensão sensível do cotidiano.

O sensível nas cidades se relaciona aos traços imateriais que compõem a sociabilidade, o subjetivo, a memória e o delicado do fazer humano no espaço. Conforme Pesavento (2005), a instância que tangencia sensível incide justamente nas formas dos homens de classificar, ver e reagir ao mundo diante de situações e agentes – ser e estar no mundo. Como explica Pesavento (2005),

O studium pertence ao campo do saber e da cultura, reenvia ao conjunto de informações e de referências que constitui nossa bagagem de conhecimento adquirido sobre o mundo e que nos permite buscar as razões e as intenções das práticas sociais e das representações construídas sobre a realidade. O studium é dedutivo e explicativo da realidade. Já o punctum incide sobre as emoções, sobre aquilo que nos toca na relação sensível do eu com o mundo, refere-se ao que emociona, ao que passa pela experiência, pelas sensações. O punctum opera como uma ferida, é algo que nos atinge profundamente e frente ao qual não ficamos indiferentes. Mas studium e punctum convivem, bem certo, são mesmo indissociáveis, uma vez que tudo o que toca o sensível é por sua vez, remetido e inserido à cultura e à esfera de conhecimento científico que cada um porta em si. (BARTHES apud PESAVENTO, 2005. p. 01)

Pensar espaços sensíveis é, então, compreender sentidos e significados que ocorrem em um único espaço e tempo como causa e efeito, produzindo um processo específico de um lugar (PESAVENTO, 2005). É a partir do processo de identificação de punctum que os pedaços expressam significado à comunidade, formando parte da história cultural identitária de um espaço.

Conforme Lefebvre (1999), os espaços na cidade podem ser classificados conforme critérios de isotopia e heterotopia. A cidade como conjunto desenvolve uma identidade geral percebida socialmente configurada a partir de forças de religião, política, cultura, etc, ou seja, forças de ordenação e poder: situação espacial classificada como isotopia. Em alguns espaços da cidade, entretanto, formas de sociabilidade específicas e personalizadas são desenvolvidas a partir das experiências do cotidiano. Dessa maneira, segundo as especificidades de relações que surgem em espaços na cidade, outras espacialidades surgem dotadas de identidade: as heterotopias. O espaço heterotópico é “o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado” (Lefebvre, 1999. p. 120). As heterotopias são os espaços cujos processos, dinâmicas e tempos não estão nos registros cartográficos oficiais. Desenhadas pela expressão dos homens lentos, estas se relacionando ao pedaço de Magnani.

Pensando nas dinâmicas estabelecidas na cidade, Milton Santos (2006) apresenta os conceitos de verticalidade e horizontalidade. Enquanto a verticalidade se submete às lógicas capitalistas do mercado e da metrópole, a horizontalidade diz respeito à escala local, não servindo à lógica vertical. A horizontalidade é a liberdade e expressão da espontaneidade na cidade (SANTOS, 2006. p. 191 - 192). A horizontalidade aborda, então, as relações dos indivíduos a partir da vida cotidiana, conformando territórios de vida e identidade.

Identificando o cortiço como um tipo de moradia submisso e oprimido segundo lógicas verticais que produzem desigualdade social e precariedades no espaço urbano, as lógicas horizontais traduzem ações de solidariedade e associação entre indivíduos e grupos sociais no território inerentes à comunidade. Por isso mesmo, a delimitação espacial pública é essencial para compreensão de processos socioespaciais que formam a cidade. Pode-se estabelecer a relação entre os espaços isotópicos como aqueles que se produzem a partir das lógicas de verticalidade e as heterotopias relacionadas às lógicas de horizontalidade nas cidades.

O centro de São Paulo tem predominância da moradia de aluguel, considerando a localização e equipamentos públicos na região. Ali, é significativa a presença de cortiços e uma grande quantidade da população encortiçada encontra-se nas localidades geridas pela Administração Regional da Sé, abrigando, então, o bairro da Bela Vista, território do Bixiga (FIPE apud SILVA, 2000).

Os cortiços são descritos na literatura como edificações precárias e coletivas da população de baixa renda. Eles são formados por um conjunto de pequenas casas ou a

partir de uma casa antiga subdividida em pequenos cômodos que servem como quarto para cada uma das famílias. (PICCINI, 1999)

A qualificação sócio econômica e o trabalho informal com dificuldades para comprovação de renda são condições que determinam empecilhos para que famílias firmem contratos no mercado imobiliário formal, o que as direciona aos cortiços. Outro fator de destaque é a proximidade e o acesso dos cortiços a equipamentos públicos que as famílias seriam desprovidas na periferia (PASTERNAK, 2016). Além disso, conforme pesquisas de Kohara na região central de São Paulo, os imóveis encortiçados variam, mas sua quantidade se altera pouco: as áreas encortiçadas são dinâmicas (KOHARA, 1999), ou seja, mesmo com a precariedade existente nestes, as condições explicitadas asseguram sua constância. Considerando tais fatores, pode-se constatar que a falta de uma política habitacional favorável e adequada para a população de baixa renda tem sido decisiva na configuração espacial das cidades (PASTERNAK e D'OTTAVIANO, 2015).

Os cortiços têm como marco a insalubridade e péssimas condições sanitárias às quais seus moradores são expostos, além da exploração monetária dos inquilinos em relação ao proprietário do cortiço no que diz respeito à locação dos quartos (CARDOSO apud QUEIROZ, 2011). Entre os problemas descritos pelos moradores dos cortiços em pesquisa realizada por Silva (2000), são apontados o barulho, o alto custo do aluguel, a sujeira e a violência. O autor Lúcio Kowarick (2016), através da apresentação de relatos de, por ele denominados, "Personagens da pesquisa" faz um panorama geral do habitar em cortiços. Neste, outro problema que ganha muito destaque é a falta de privacidade, a sensação de humilhação de ter que partilhar a vida íntima (KOWARICK, 2016).

Muitos dos habitantes do território do Bixiga não são de São Paulo. Grande parte migra de outras partes do país, o que foi constatado a partir de conversas informais e observação, ou imigram desde outros países. Conforme o relatório elaborado pelo São Paulo Cosmópolis (2017), projeto de Extensão Universitária do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, a subprefeitura da Sé é a que possui o maior índice de imigrantes registrados no sistema CadÚnico (12,5% do total de imigrantes registrados). O CadÚnico é o instrumento governamental de identificação socioeconômica da população brasileira para a inclusão de beneficiários nos programas sociais públicos. A porcentagem traz, então, o recorte de renda essencial para a compreensão da população migrante de baixa renda.

É importante considerar, então, que a população residente dos cortiços no Bixiga é constituída também de migrantes e que muitos deles, que também contribuem ativamente para a expressão de significado do território, passam por um processo de

desenraizamento em relação ao contexto de origem. Seja pela nostalgia em relação ao que deixaram para trás, seja pelas dificuldades de enfrentar um novo espaço e se adaptar à novas dinâmicas, muitos migrantes buscam reinventar padrões comunitários na nova realidade. Alguns possuem familiares ou conhecidos que podem mediá-los na vida na metrópole, outros, com sentimento de deslocamento, procuram desenvolver suas relações sociais como forma de integração e suporte. (SADER, 1988)

As situações de casa e rua intuitivamente relacionadas, respectivamente, ao espaço privado e ao espaço público podem ser reinterpretadas a partir da análise de cortiços e pedaços no Bixiga. Seja pelo desconforto no espaço interno, seja pela sensação de desenraizamento da população migrante que, na rua, busca encontrar iguais, seja pela vontade de reinventar a cidade coletivamente; o espaço público representa acolhimento e, assim, se transforma em casa.

Em análises sobre hospitalidade, Jacques Derrida (2003) conclui que acolher, entendido como sinônimo de hospitalidade incondicional, é reconhecer um rosto naqueles que chegam, antes mesmo que eles se identifiquem como sujeitos com nome e sobrenome. No Bixiga, o acolhimento pode estar na soleira das casas e comércios que sem vitrines estão completamente abertas para a rua, nas cadeiras de plástico que são carregadas para onde está demarcada a ciclofaixa e estendem simbolicamente a calçada, aí abrigando também pais com carrinhos de bebês e crianças com patinetes, ao carro estacionado ou ao poste de luz que vira apoio. Também pode estar na rua que se abre para as pessoas aos domingos, ao cinema nas empenas, na grama sintética para o futebol em um bolsão na via.

A intenção e o ato de trazer a cidade do outro para si é dar sentido à existência do espaço do diferente, o que faz o lugar de acolhida acontecer. Os sentimentos que surgem nos encontros *au hasard* entre diferentes estabelecem outra lógica no sentir e, conseqüentemente, na percepção espacial. (PAESE, 2018)

Seja através do espaço urbano, seja através de coletivos, o pedaço pode ser interpretado como uma expressão de acolhimento na cidade. Onde as pessoas passam a se reconhecer a partir do processo de abertura ao outro.

Por fim, compreender os processos sensíveis que formam o cotidiano em relação ao habitar, é muito importante para compreensão das dinâmicas humanas e espaciais que servirão como instrumento de projeto aos arquitetos e reivindicação aos moradores dos cortiços, onde os limites entre a casa e a rua se tornam mais fluídos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de algumas etapas que se distinguem e se complementam através do estudo teórico da região e de conceitos à visita *in locus* e relatos de histórias de vidas. Do ponto de vista empírico foram delimitadas duas escalas de pesquisa: a macro e a micro.

Em um primeiro momento, foi realizada uma análise tendo em conta os levantamentos oficiais referentes aos equipamentos públicos existentes na região, centralidades e condições morfológicas da área de estudo a partir da delimitação territorial pré-definida no projeto de pesquisa.

Como técnica de investigação recorrente na primeira etapa de pesquisa também foram realizadas derivas na região. Derivar é caminhar para investigar, deixando-se levar pelos convites (ou pela curiosidade) que a paisagem e a vida cotidiana nos manifestam. A teoria da Deriva, de Guy Debord, consiste na análise do lugar urbano baseada nas situações de usos que ele abriga, uma reflexão que vai mais além da configuração física do lugar (DEBORD apud JACQUES, 2003). É a partir da deriva que podemos entender o espaço através de outras escalas e, assim, apreender situações afetivas e sensíveis no espaço.

Expressadas em cartografias, as derivas gerais conduziram à seleção de três ruas para análise específica: a Rua Major Diogo, a Rua Abolição e a Rua São Domingos. Compondo uma segunda etapa da pesquisa, estas ruas foram definidas como enfoque por serem conectadas fisicamente – possuem quadras em comum – e por, como sistema, possuírem uma grande concentração de cortiços. Como uma segunda etapa, a partir da definição deste recorte foram realizadas derivas específicas que resultaram também em cartografias. Considerando a dimensão daqueles que vivenciam o território em seu cotidiano, estes estudos consideraram, além da observação, relatos informais de moradores da região, sempre zelando pelo anonimato e integridade dos direitos dos interlocutores.

A terceira etapa da pesquisa, em período de quarentena em São Paulo, consistiu na análise das descobertas de pesquisa, relacionando os dados quantitativos levantados no início da pesquisa às respostas qualitativas recebidas a partir da investigação *in locus*.

Durante toda a pesquisa, como processo simultâneo e recorrente, ampliaram-se as referências teóricas relativas ao habitar comunitário, cortiços e o espaço público e as relações desenvolvidas neste, abrindo um campo de novos autores e ideias que foram estudadas. Foram consideradas também produções dos coletivos estudados publicadas em redes sociais e sites.

A última etapa da pesquisa foi composta pelo desenvolvimento deste artigo contendo análises e reflexões sobre o habitar compartilhado e o espaço público e as sensibilidades

e afetos refletidas neles, a compreensão de como a teoria se reflete na experiência empírica.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir da análise dos levantamentos e das reflexões referentes às vivências em deriva e aos relatos informais considerados no decorrer do processo de pesquisa, refletindo acerca da relação entre as cartografias técnicas oficiais e aquelas desenhadas a partir da experiência empírica, foram reconhecidas práticas de afeto na cidade, aquelas que são ilegíveis por serem regulações do próprio cotidiano.

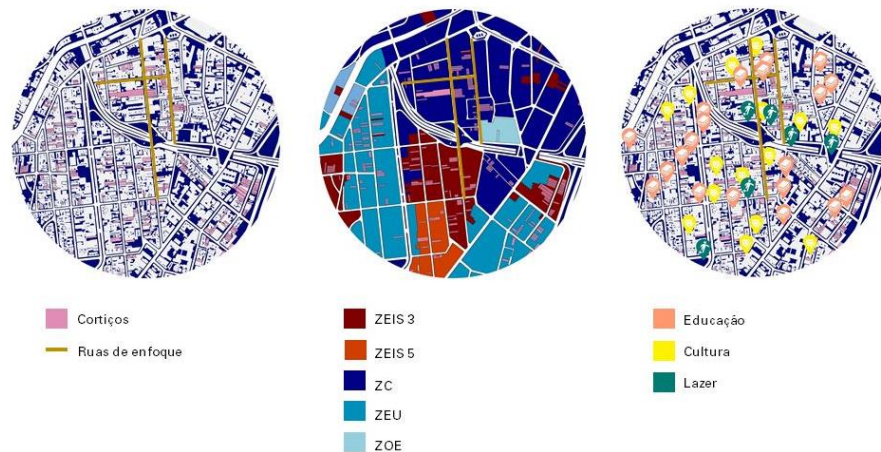
A pesquisa trouxe descobertas em duas grandes direções: a importância das calçadas como espaço público referencial de sociabilidade e atos e a atuação coletiva de moradores na conquista de um espaço público cujas apropriações já se tornaram institucionalizadas – o Larguinho da Maria José. Estas descobertas empíricas ocorreram de modo concomitante à realização de leituras teóricas que ampliaram os horizontes reflexivos convergentes sobre o objeto de investigação.

Para Certeau (1998), o caminho dos pedestres forma “sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade”, sem um espaço físico concreto. Aqueles que estão na rua, seja caminhando de um lugar a outro, seja caminhando em deriva ou vivenciando o pedaço, atualizam e inventam novas espacialidades dentro da malha urbana já desenhada. As variações e improvisações na caminhada privilegiam, alteram ou subutilizam elementos espaciais, criando novas práticas e espacialidades urbanas.

O autor Lepecki (2013), estudando o conceito de coreopolítica, fala sobre uma formação múltipla da coreografia, que vai além do campo da dança. O desenho urbano, as funções sociais, a linguagem corporal construídas historicamente definem tempos e ritmos na cidade, o lugar de parar e o lugar de caminhar. Adotando a expressão “política do chão” de Paul Carter, Lepecki explica que cada coreografia está intimamente relacionada ao chão em que foi produzida. A política do chão é “um atentar agudo às particularidades físicas de todos os elementos de uma situação, sabendo que essas particularidades se coformatam num plano de composição entre corpo e chão chamado história” (Lepecki, 2013. p.47).

Entendo que a cidade desenha mapas rítmicos a partir da história, da cultura e do espaço físico e é também, simultaneamente, desenhada a partir desses mapas invisíveis construídos na dimensão do cotidiano.

4.1. Levantamentos

Figura 1: Mapeamentos.

Fonte: acervo pessoal via QGIS e base de dados Geosampa

Os mapas elaborados a partir dos dados organizados pelo Geosampa mostram os cortiços na região e informações referentes a zoneamento e equipamentos públicos no território.

A região de enfoque está localizada em áreas de ZC – Zona de Centralidade – e ZEIS 3. É importante considerar que o Plano Municipal de Habitação em São Paulo (2016) prevê um conjunto de ações direcionadas aos cortiços. Seguindo as orientações propostas pelo PDE, as regiões de ZEIS 3 com grande quantidade de cortiços passarão por projetos de intervenção que têm como diretriz realizar ações integradas em cortiços agrupados e ações em cortiços isolados. Medidas de adequação das condições de habitabilidade, entretanto, ainda não foram aplicadas.

Mesmo sendo uma região com muita infraestrutura urbana e equipamentos públicos, há uma carência de espaços livres de lazer. As práticas na cidade a serem analisadas são resultantes dessa defasagem: os habitantes da região, a partir do desenho urbano pré-existente, propõem novas ideias de espaço – sobre os desenhos e dados oficiais da cidade são sobrepostos novos caminhos e espacialidades urbanas.

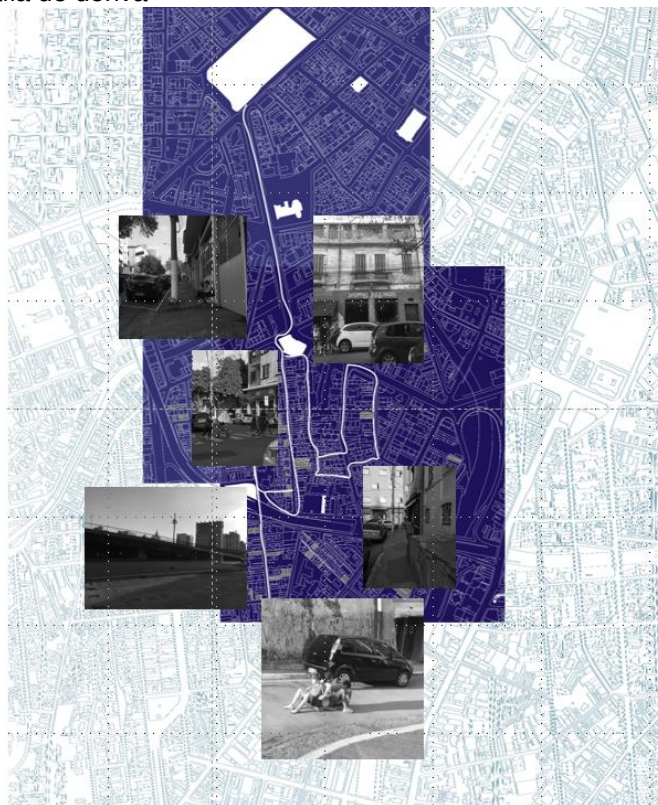
4.2. Práticas na cidade: A calçada

As aproximações empíricas, através das experiências de derivas na região, se expressam em narrativas de múltiplas linguagens – registros iconográficos, desenhos e relatos. Estas permitiram constatar especialmente a importância das calçadas como espaços de sociabilidade e de usos espontâneos em múltiplas situações.

No cotidiano, as pessoas reinventam as calçadas, trazendo diferentes ritmos associados às características morfológicas na região, ao desenho espacial e à cultura local. Entre as diversas derivas realizadas no território de estudo, foi escolhida uma para reflexão a partir de narrativa cartográfica.

A experiência da deriva do dia 05 de outubro de 2019 é apresentada a seguir através de espacializações de percursos, registros iconográficos e desenhos (Figuras 2, 3, 4), acompanhada de uma narrativa escrita onde se expressam percepções, descobertas e afetos pessoais incorporados por meio da relação direta com o território.

Figura 2: Cartografia de deriva



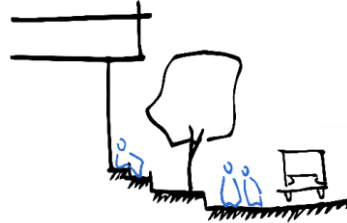
Fonte: acervo pessoal

“Saí da estação república. Ainda não sabia o caminho de cor: apesar de conhecer a região, nunca tinha ido a pé. Dessa vez segui o aplicativo no celular. Fui pela São Luís e fui caminhando até encontrar a 9 de Julho, lá virei na Praça General Craveiro Lopes e cheguei na Rua Abolição.

A Rua Abolição tem muitas pensões – assim, chamadas pelos moradores, mas muitas vezes caracterizadas como cortiços. Em muitas portas havia anúncios de quartos livres, alguns só para homens, outros para mulheres, alguns familiares. Alguns diziam ter banheiros próprios para o quarto, outros compartilhados. A Rua Abolição tem calçadas muito estreitas e uma ciclofaixa. Neste dia, não vi nenhuma bicicleta andando pela ciclofaixa, mas muitas pessoas: a ciclofaixa virou uma extensão da calçada.

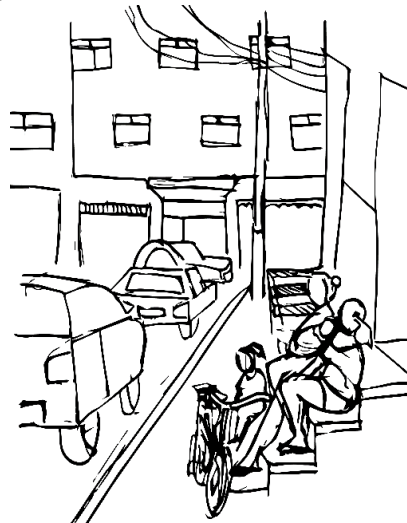
Na Rua Abolição e nas ruas perpendiculares e paralelas a ela, pelas quais caminhei, vi muitas pessoas sentadas nos degraus das portas das casas e dos estabelecimentos em frente. Essa é uma característica morfológica da região: muitas das casas tem um ou dois degraus à frente do edifício e as lojas não têm vitrine e são abertas direto para a rua.

Figura 3: Croqui da morfologias das ruas em corte.



Fonte: acervo pessoal

Figura 4: Rua São Domingos.



Fonte: acervo pessoal

Para Aldo Van Eyck (1968), a soleira é um espaço de transição: um intermediário entre a rua e a casa. Para ele, a porta é o lugar da ocasião, onde se constroem situações.

O espaço não tem espaço, o tempo não tem um momento para nós. Estamos excluídos. Para sermos incluídos - para ajudar o nosso regresso a casa - temos de ser reunidos no seu significado. (somos o sujeito, bem como o objeto da arquitetura). Seja qual for o significado de espaço e tempo, lugar e ocasião significam mais. Porque espaço na nossa imagem é lugar, e tempo na nossa imagem é ocasião. (Van Eyck, 1962, 20-23, tradução nossa)

Nessa deriva, entendi que a morfologia da região também compõe o patrimônio imaterial do cotidiano porque é reinventada pelas pessoas. E, retomando Lepecki (2013), o chão e o corpo se conformam pela história, assumindo um significado.”

4.3. Práticas na cidade: conquista de um espaço público

Se através da calçada foram identificadas *ocasiões* cotidianas de parada e sociabilidade na cidade, os espaços públicos conquistados pela população local representam um *lugar* no espaço, apropriando-se dos conceitos atribuídos por Van Eyck (1962). São os pontos de referência identitária e locais de encontro, se assumindo também como partes na ideia de pedaço de Magnani.

Circunscritos a situações de desconforto físico espacial e desconforto psíquico - no sentido em que muitos moradores de cortiços relatam sentir vergonha ou humilhação pela situação em que se encontram – e em certas situações somados ao sentimento de desenraizamento vivenciado pela população migrante, a população encortiçada busca formas de acolhimento na cidade, buscando estabelecer vínculos de sociabilidade básica como forma de apoio.

O pedaço, mediando casa e rua, se torna, então, palco para o desenvolvimento de novas relações sociais como um espaço acolhedor e, retomando Derrida, de reconhecimento. A partir dele, novos significados coletivos são inventados, propondo novas interpretações sob a vida na cidade. Conforme a análise de Eder Sader (1988), os movimentos sociais se originam nos anos 70 justamente nesses espaços de cotidiano, onde a retórica dominante é reinterpretada pela semântica dos dominados. Assim, é como consequência dessas novas ideias de vida, das novas trocas consolidadas no pedaço que surgem os movimentos sociais. O pedaço em processo síncrono constrói e é construído.

O autor Eder Sader (1988) em “Quando novos personagens entram em cena” fala sobre um novo sujeito coletivo formado a partir dos movimentos populares. Esse novo sujeito é formado a partir das práticas políticas e sociais de um grupo que passaria a se definir, reconhecer e agir em conjunto sem limitações relativas a instituições e organizações oficiais. É esse sujeito coletivo que, como representação das necessidades e ideias de um grupo, trabalha ativamente para conquistá-los.

Assim, o sujeito coletivo, colocando em prática ideias para a vida, – invenções coletivas – repercute também a instância síncrona percebida no estudo do pedaço. Conforme Kastrup (2008), no processo de invenção, o sujeito não se pressupõe como fonte, mas também como um de seus produtos, sendo o outro o mundo. Ou seja, ao mesmo tempo em que o sujeito coletivo inventa, ele também se desenvolve e se modifica. O espaço, o tempo e o sujeito, em processo contínuo de transformação, formam a identidade do espaço, impulsionando relações de afeto e sensibilidade.

Através de conversas informais com moradores da região, alguns coletivos que atuam no território foram identificados. É por meio da atuação desses sujeitos que a população conquistou espaços para uso coletivo de lazer, convivência e sociabilidade. São esses espaços-lugares que também desenharam a história da região expressando significado à comunidade.

O larguinho da Maria José

A autora Adriana Sansão (2012) define amabilidade urbana como a qualidade decorrente da relação entre elementos morfológicos e físicos do espaço, intervenções

temporárias e os sujeitos. Retomando Lepecki (2013), na relação espaço-tempo o sujeito tem o corpo como medida de percepção. Estar presente construindo continuamente significado para os tempos e espaços ou os lugares e ocasiões. Sansão aposta em intervenções temporárias como rupturas positivas no cotidiano que introduzem novas apropriações no espaço coletivo.

O larguinho da Maria José é oficialmente uma rua de lazer desde o dia 28 de julho de 2019 e representa uma conquista social dos moradores. O larguinho acontece a partir do cruzamento da rua Maria José com a Rua Conselheiro Carrão, nas proximidades da EMEF Celso Leite Ribeiro Filho, da EMEI Ângelo Martino e da UBS Humaitá. Aos domingos e feriados, das 10h às 16h, a rua se abre para as pessoas e acontecem oficinas, exercícios para a terceira idade, atividades junto à UBS do bairro e projeção de filmes. A rua recebeu, inclusive, o “Prêmio de Boas Práticas” no VI Encontro Municipal de ruas de lazer de São Paulo.

A ideia de tornar o Larguinho uma rua de lazer surgiu de um grupo de moradores do bairro que costumava jogar futebol na rua Maria José: mesmo interrompido pelo tráfego de carros, o jogo continuava.

O grupo se conhecia desde a infância e continuou com o costume até a vida adulta. Conforme relato de um dos organizadores, mais ou menos a partir de 1995, o campeonato de futebol entre as escolas da região foi informalmente estendido para a rua Maria José. A rua passou a ser um ponto de encontro entre as crianças e adolescentes da região que jogavam futebol.

O projeto de transformar a rua Maria José em rua de lazer foi iniciado em meados de 2010, mas foi interrompido devido a conflitos entre os próprios moradores do território relacionados às atividades que aconteceriam durante o período de abertura da rua para as pessoas. Mesmo assim, a ideia serviu como impulso para a organização de eventos na rua: entrega de ovos de páscoa, festa junina, festa de dia das crianças, etc. A partir daí, passaram a ser feitas algumas parcerias e mais pessoas se envolveram no projeto de criação da rua de lazer. Foi feito um abaixo-assinado, e o processo foi encaminhado para a prefeitura, sendo aprovado.

Durante o processo de idealização da rua de lazer, foi formada a Comunidade Maria José, representação do coletivo que organiza o processo das atividades da rua. O coletivo recebeu diversas doações de parceiros do bairro e organizou vaquinhas coletivas, conseguindo organizar para a rua um complexo esportivo com materiais para atividades como vôlei, futebol, badminton, ping-pong, xadrez, jogo de botão, etc. Além disso, a rua recebeu também um kit da prefeitura com alguns materiais para utilização na rua.

Muitos coletivos da região se uniram ao projeto da rua de lazer e contribuem ativamente para elaboração dos dias de abertura da rua, de eventos especiais e atividades. Escolas de capoeira do bairro, grupos de samba do Bixiga, o grupo do futebol e até blocos de carnaval se propõem a desenvolver propostas para a rua. Também são realizadas parcerias com a UBS Humaitá para que a população, durante os encontros, tenha acesso a testes rápidos de saúde e informações e se visam parcerias com as escolas da região.

Outra atividade interessante que acontece no Larguinho são as projeções do Coletivo Cinequebrada nos muros da rua. A partir de projetos audiovisuais, o coletivo reúne os moradores da região para exibição de filmes e promove a discussão a partir de uma perspectiva afetiva no pedaço, potencializando sociabilidades e inventando coletivamente novas apropriações no espaço coletivo e, como consequência, de maneiras de pensar a cidade.

Figura 5: Exibição de filme em muro no Larguinho da Maria José pelo Coletivo Cinequebrada



Fonte: Página do Instagram do Coletivo Cinequebrada.
<https://www.instagram.com/p/B0jCk9EpE9y/>

O Larguinho da Maria José, conquista de um espaço público das pessoas para as pessoas, é um dos exemplos da amabilidade teorizada por Sansão (2012) no pedaço estudado. Como ruptura positiva no cotidiano, o espaço se desenvolve, acolhe e sensibiliza. Os momentos em que a rua se abre para as pessoas representam, retomando o conceito homens lentos de Milton Santos, situações de lentidão e sociabilidade na cidade, contendo dimensões de imprevisibilidade a partir do tempo efêmero: estimula acontecimentos. Ao mesmo tempo em que permite o aprofundamento de relações pré-existentes, também conduz a um contato mais diversificado com os moradores da região. “Hoje em dia a gente consegue entender mais quem é nosso vizinho, falar com nossos vizinhos.” relatou Bibó, participante do projeto, em vídeo comemorativo de um ano da rua de lazer (Cinequebrada, 2020).

Como invenção coletiva (KASTRUP, 2008), também gera outras invenções: aos sujeitos em processo constante de transformação, a outros coletivos que se juntam trazendo novas ideias e àqueles que vivenciam a rua de lazer, que entendem e idealizam ideias outras da vivência na cidade. Jorge, um dos idealizadores da rua de lazer, reafirma a rua como processo identitário em vídeo de inauguração do larguinho “Essa é a rua de lazer, é a nossa rua de lazer. Que a gente cresceu aqui, conviveu aqui, convive aqui e quer que as nossas gerações convivam aqui também” (Cinequebrada, 2019).

4.4. Em pandemia

Parte da pesquisa foi realizada durante o período da pandemia do Corona Vírus. Conforme observações de moradores da região em conversas informais, na grande maioria das pensões e cortiços não foi possível a realização do isolamento social: muitos dos moradores tinham que sair para trabalhar diariamente.

Durante este período, as atividades da rua de lazer foram interrompidas. Em apoio à população, a Comunidade Maria José organizou uma vaquinha online e, a partir do dinheiro arrecadado com as doações, foram distribuídas cestas básicas para famílias nas pensões da rua Maria José e em outros projetos sociais e ruas lindeiras. O senso de comunidade e solidariedade estabelecido a partir do sujeito coletivo ilustra, em momentos de crise, a importância do cultivo dessas relações.

É interessante refletir como a pandemia coloca novas definições relativas ao desenho da cidade. Neste processo, estar ao ar livre é a maneira mais salubre de convivência com outros moradores da região. O espaço público, o pedaço como intermédio entre a casa e a rua, ganha outra dimensão e relevância.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Henri Lefebvre (2001) reconhece o direito à cidade como o direito à vida urbana, aos lugares de encontro, à festa e aos diferentes ritmos e espacialidades desenhados na metrópole. David Harvey (2009) propõe que um dos mais importantes direitos humanos é a liberdade de inventarmos as nossas cidades e a nós mesmos.

Com resultado da pesquisa, diante de condições degradantes vivenciadas nos cortiços no Bixiga, as pessoas buscam na rua formas de acolhimento. É no cotidiano e no espaço do pedaço, entre a rua e a casa, que se estabelecem relações de apoio e afeto. Seja na conversa na calçada, seja nos encontros dos coletivos, seja na rua de lazer aberta às pessoas no final de semana, as relações desenvolvidas entre as pessoas resultam em uma nova experiência de cidade.

Essa nova proposta de cidade é, ao mesmo tempo que construída pelas dinâmicas do cotidiano, construtora das pessoas que a vivenciam. Conforme Certeau (1988), o cotidiano é um espaço de possibilidades.

O olhar ao *pedaço* na cidade evidencia a potência dos elementos urbanísticos e arquitetônicos em relação às invenções dos sujeitos no cotidiano, ao mesmo tempo que demonstra certa discrepância relativa às propostas urbanas e aos usos estabelecidos pela população. O pensar arquitetônico e urbanístico, antes da concepção do projeto como obra isolada, deve considerar os *pedaços* existentes, nas dinâmicas pré-existentes e nas possíveis, nas formas de acolhimento. Não apenas como uma maneira de concepção de projeto, mas também como uma forma de reconhecer, perceber e exercer o direito à cidade.

Em espaços de segregação, desenraizamento e condições de precariedade e humilhação tão particulares, a articulação entre as pessoas no cotidiano e a criação de processos identitários representa uma possibilidade de reinvenção. O espaço público ganha conotação de casa. É uma oportunidade para que o sujeito se reconheça como parte de um todo. E, como parte, construir-se como todo: inteiro no *pedaço*.

6. REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel. (1998), A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. Petrópolis, Vozes. 3ª Edição.

CINEQUEBRADA. Vídeo 1 ano de Rua de Lazer. São Paulo, 20 ago. 2020. Facebook: cinequebradabv. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=3273068272917705&extid=7fCEE24B6AxPZ3Dw>. Acesso em: 11 set. 2020.

CINEQUEBRADA. Vídeo inauguração da Rua de Lazer. São Paulo, 15 ago. 2019. Facebook: cinequebradabv. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=881492485553386&extid=eSCTFWppN65wIMZB>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DAMATTA, Roberto. A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 163 p.

DERRIDA, Jacques. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar de hospitalidade. São Paulo: Escuta, 2003. 144 p.

HARVEY, D.; ALFREDO, A.; SCHOR, T.; BOECHAT, C. A LIBERDADE DA CIDADE. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 13, n. 2, p. 09-18, 30 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74124/77766>>. Acesso em: 01 set. 2020.

JACQUES, Paola Berenstein. Breve histórico da Internacional Situacionista – IS. Arquitectos, São Paulo, ano 03, n. 035.05, Vitruvius, abr. 2003 <<https://www.vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitectos/03.035/696>>. Acesso em: 12 set. 2019.

KASTRUP, Virgínia. Simpósio 3 — estratégias de resistência e criação. Competência ética e estratégias de resistência. In GUARESCHI, N., org. Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 120-130.

KOHARA, Luis. Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços: estudo de caso na área central da cidade de São Paulo. São Paulo: EPUSP, 1999. 15 p.

KOHARA, Luiz Tokuzi. Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços. Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2009.

KOWARICK, Lúcio. Cortiços: Reflexões sobre humilhação, subalteridade e movimentos sociais. In: KOWARICK, Lúcio; FRÖGOLI JUNIOR, Heitor (Org.). Pluralidade urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 171-193.

KOWARICK, Lucio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEPECKI, André. Coreo-política e coreo-polícia. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 13, n. 1,2, p. 041-060, jan. 2013. Acesso em: 11 mai. 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP / Editora Hucitec, 1998. 168 p.

MELLO, Marco Antonio da Silva & VOGEL, Arno. Lições da Rua (ou quando a Rua vira Casa): Algumas considerações sobre habito e diligo no meio urbano, 2002. Disponível em: http://lemetro.ifcs.ufrj.br/licoes_da_ua.pdf. Acesso em: 25 mar. 2019.

PAESE, Celma. O acolhimento na arquitetura da cidade. Uma visão a partir do pensamento de Jacques Derrida. Arqtextos, São Paulo, ano 19, n. 220.00, Vitruvius, set. 2018 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/19.219/7120>>. Acesso em: 06 set. 2020.

PASTERNAK, Suzana. Cortiços em São Paulo: genes, evolução e tentativas de intervenção. 2016. (mimeo)

PASTERNAK, Suzana; D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. Intervention policies and practices regarding favelas and other precarious dwellings: Brazil and the city of São Paulo. Housing for the urban poor in developing countries [S.l: s.n.], Jaipur: Rawat Publications, 2015. 334 p. Disponível em: <<https://bdpi.usp.br/item/002724359>>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, [Online], 4 fev. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4000/nuevomundo.229>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

PICCINI, Andrea. Cortiços na cidade. Conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo. Selo Universidade, 2ª edição, São Paulo, Annablume, 2004.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Plano Municipal de Habitação de São Paulo: caderno para discussão pública. São Paulo, 2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Plano diretor estratégico do município de São Paulo: Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, Texto da lei ilustrado. São Paulo, 2015.

REZA, Silvia Mejía; CUOCK, Juan Carlos Espinosa. Fatores que propiciaram o crescimento horizontal da Zona Metropolitana do Vale do México. *Arquitextos*, São Paulo, ano 07, n. 081.03, Vitruvius, fev. 2007 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/270>>.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. 1988. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1ª edição.

SANSÃO, Adriana. Amabilidade urbana: marcas das intervenções temporárias na cidade contemporânea. 2012. *URBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, 1(2), 69-93.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (Org.). Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985. 156 p.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. O retorno do território. *OSAL : Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, año 6, n. 16, jun. (2005 [1994]).

SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 96 p.

SÃO PAULO COSMÓPOLIS. Imigrantes em São Paulo: diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos / organizado por São Paulo Cosmópolis; coordenado por Deisy Ventura, Feliciano Sá Guimarães e Rossana Reis. São Paulo : IRI-USP, 2017. 170 p.

SCARLATO, Francisco. ESTRUTURA E SOBREVIVÊNCIA DOS CORTIÇOS NO BAIRRO BEXIGA. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 9, p. 117-127, 7 nov. 2011.

SILVA, Helena Menna Barreto. Habitação no Centro de São Paulo: Como Viabilizar Essa Idéia? São Paulo: Editora Lobhah / FAUUSP/CEF, 2000. 50 p.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 11-25.

VAN EYCK, Aldo. "Otterlo Meeting". In: SMITHSON, Alison (Ed.). *Team 10 primer*. Londres: Studio Vista, 1968.

VAN EYCK, Aldo. For Us. About place and occasion, the inbetween realm and labyrinthian clarity. 1962. P. 20-23. Disponível em: < <http://www.artefacts.co.za/main/Buildings/articles.php?artid=1863> > Acesso em: 07.jun.2020.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cortiços No Brás: Velhas e Novas Formas Da Habitação Popular Na São Paulo Industrial. *Análise Social*, vol. 29, no. 127, São Paulo: 1994, p. 599–629.

Contatos: lalinogreis@gmail.com e vrkato@uol.com.br